

Políticas Públicas em Foco

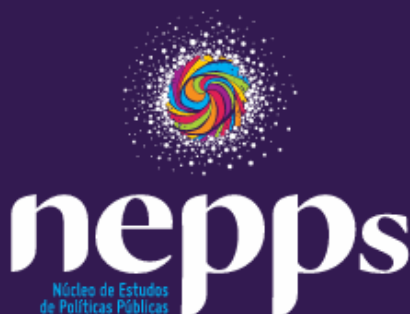
Boletim do NEPPs

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza de Andrade Oliveira”

Edição n. 01

Julho – Setembro de 2025

Um olhar aprofundado sobre as políticas públicas contemporâneas, promovendo análise, debate e reflexão para o desenvolvimento social e institucional do Brasil.



Sobre o Boletim

O NEPPs e sua Missão

O Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPPs) “Elza de Andrade Oliveira” da UNESP apresenta nesta edição inaugural do **"Políticas em Foco"** análises e debates atuais que contribuem para a compreensão e aprimoramento das políticas públicas no Brasil. Este boletim trimestral visa informar, provocar reflexões e fomentar o diálogo entre pesquisadores, gestores públicos e sociedade civil, criando pontes entre a academia e a prática governamental.

Investigação Rigorosa

Análises fundamentadas em dados e metodologias científicas

Inovação Pública

Contribuindo para políticas mais eficazes e inclusivas

Diálogo Aberto

Promovendo debate entre academia, governo e sociedade

Contacte-nos

Website: nepps.org

Redes Sociais: [@neppsunesp](https://www.instagram.com/neppsunesp)

Políticas Públicas em Foco

Boletim Nepps - Edição 01 | Jul. – Set. 2025

Seção I: Giro NEPPs

Julho: produções a todo vapor!

No mês de julho, a pesquisadora Jacqueline Cristina Cardoso Vidal Guasti, integrante do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas "Elza de Andrade Oliveira" (NEPPs) da UNESP Franca, publicou um importante estudo sobre propriedade intelectual e o processo de inovação na revista acadêmica *Iuris*, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), trazendo uma análise aprofundada sobre como as relações entre diferentes atores sociais influenciam os processos de inovação e a proteção da propriedade intelectual.

O artigo, intitulado "Propriedade intelectual e o processo de inovação: estudo sob a ótica da relação entre agentes", foi escrito em coautoria com Ana Julia Mesquita, doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Direito da UNESP (PPGD-UNESP), e a professora Soraya Gasparetto Lunardi, docente da UNESP.



SCIENTIA
IURIS



PROPRIEDADE INTELECTUAL E O PROCESSO DE INOVAÇÃO: ESTUDO SOB A ÓTICA DA RELAÇÃO ENTRE AGENTES

INTELLECTUAL PROPERTY AND THE INNOVATION PROCESS: A STUDY
FROM THE PERSPECTIVE OF THE RELATIONSHIP BETWEEN AGENTS

Ana Julia Diniz Mesquita
Doutoranda em Economia do Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP).
Mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).
Graduado em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).
E-mail: anajuliadiniz98@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5687-8891>

Jacqueline Cristina Cardoso Vidal Guasti
Mestranda Ciências Exatas - Matemática Universidade Estadual de São Carlos (UFSCAR).
Graduado em Matemática pela Universidade de Franca (UNIFRAN).
Graduação em Direito Universidade de Franca (UNIFRAN).
E-mail: jacquelineuabpolofranca@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7343-210X>

Soraya Regina Gasparetto Lunardi
Pós-doutorado pela universidade Politécnica de Atenas
Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).
Graduação em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).
E-mail: soraya.gasparetto@unesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6731-2258>

Como citar: MESQUITA, Ana Julia Diniz, GUASTI, Jacqueline Cristina Cardoso Vidal, LUNARDI, Soraya Regina Gasparetto. Propriedade intelectual e o processo de inovação: Estudo sob a ótica da relação entre agentes. *Scientia Iuris*, Londrina, v. 29, n. 2, p. 8-23, jul. 2025. DOI: 10.5453/2178-8189.2025v29n2.p8-23. ISSN: 2178-8189.

Resumo: O processo de inovação tecnológica contribui, mesmo com riscos e incertezas significativas, para o desenvolvimento econômico e social por meio das melhorias na eficiência produtiva e na criação de novos mercados que caracterizam o Sistema de Inovação. Sendo assim, é necessário e fundamental a presença de um forte arcabouço jurídico e institucional – relacionado ao processo de inovação e à propriedade intelectual – assegurando uma relação eficiente entre os agentes. Com o objetivo de traçar essa relação entre o processo inovativo e a propriedade intelectual, o presente trabalho discute: as particularidades da inovação e da propriedade intelectual, as legislações relacionadas – Lei da Inovação, Lei do Bem, Lei de Propriedade Industrial –, a interação entre agentes (universidade-empresa-governo) e traz, como estudo de caso, um processo de litígio trabalhista e um caso referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Lei da Propriedade Intelectual para exemplificar e corroborar com o objetivo proposto pelo trabalho. Através das discussões teóricas e dos casos apresentados foi possível inferir que há forte relação entre a propriedade intelectual e o processo de inovação e como a legislação contribui para assegurar os direitos e os deveres dos agentes que, consequentemente, auxilia em futuras interações, inovações e desenvolvimento.

Palavras-chave: inovação; propriedade intelectual; universidade-empresa.

Abstract: Technological innovation contributes, even with significant risks and uncertainties, to economic and social development through improvements in production efficiency and the creation of new markets that characterize the Innovation System. A strong legal and institutional framework - related to the innovation process and intellectual property - is necessary and fundamental to ensuring an efficient relationship between agents. To outline this relationship between the innovation process and intellectual property, this paper discusses the particularities of innovation and intellectual property, the related legislation - Innovation Law, Good Law, Industrial Property Law - and the interaction between agents (university-company-government). As a case study, it brings a labor litigation process and a case referring to the Direct Action of Unconstitutionality and the Intellectual Property Law to exemplify and corroborate the objective proposed by the paper. Through the theoretical discussions and the cases presented, it was possible to infer a strong relationship between intellectual property and the innovation process and how legislation helps ensure the rights and duties of agents, which consequently helps in future interactions, innovations, and development.

Keywords: innovation; intellectual property; university-company-government.

No artigo, as pesquisadoras abordam questões fundamentais sobre os mecanismos de proteção da propriedade intelectual, como patentes, direitos autorais e marcas, e sua relação com o estímulo à inovação tecnológica. O estudo analisa como diferentes agentes interagem nesse processo: as universidades gerando conhecimento científico, as empresas transformando esse conhecimento em produtos inovadores, e o governo estabelecendo marcos regulatórios e políticas de incentivo.

Um dos aspectos mais relevantes da pesquisa é a análise das tensões existentes entre a proteção dos direitos de propriedade intelectual e o acesso ao conhecimento. Guasti, Mesquita e Lunardi demonstram como o equilíbrio entre esses elementos é fundamental para garantir que a inovação contribua efetivamente para o desenvolvimento social e econômico.

A atuação da pesquisadora no NEPPs tem sido marcada pela dedicação ao estudo de temas que conectam direito, inovação e políticas públicas, e a publicação na revista *Iuris* representa um importante reconhecimento acadêmico do trabalho desenvolvido. Sua expertise jurídica, combinada com a visão interdisciplinar característica do núcleo, permite uma análise abrangente dos desafios relacionados à propriedade intelectual no contexto brasileiro, oferecendo subsídios práticos para formuladores de políticas públicas, gestores de inovação e pesquisadores interessados em compreender as dinâmicas entre diferentes agentes no processo de inovação.

O artigo completo está disponível para acesso público no portal da revista *Iuris*, e pode ser acessado pelo link abaixo:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/51804/52417>

Agosto: NEPPs vai ao EPED

O Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza de Andrade Oliveira” (NEPPs) teve participação destacada no XIV Encontro de Pesquisa Empírica em Direito (EPED), realizado em agosto no Rio de Janeiro. Os pesquisadores apresentaram cinco trabalhos que abordam temas cruciais para o debate sobre políticas públicas e direitos no Brasil.

Beatriz Grieger e Maria Fernanda dos Santos Cardena, integrantes da frente de pesquisa “NEPPs Fiscal”, examinaram a atuação das Procuradorias Municipais paulistas em demandas sobre o IPTU Verde, instrumento que concede benefícios fiscais para práticas sustentáveis. O estudo foi apresentado no GT de Políticas Públicas Fiscais, coordenado pela Professora Regina Laisner e pelo Professor Francisco Tavares da Universidade Federal de Goiás (UFG).

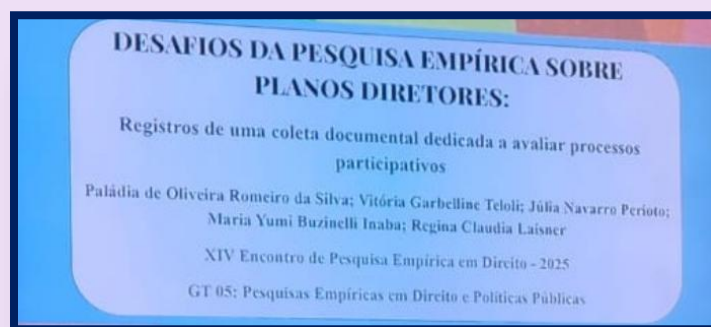


Vitória Teloli, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESP também apresentou pesquisa individual sobre as conexões entre rua e cárcere, explorando dimensões de casa, desabrigo e maternidade na interface entre cidade e prisão. O trabalho integrou o GT sobre grupos sociais que transitam no sistema carcerário.

Larissa Moraes dos Santos, vinculada ao NEPPs e ao Observatório de Políticas Públicas, trouxe contribuição crítica sobre aporofobia institucionalizada em São Paulo. Sua pesquisa, financiada pela FAPESP, analisa mecanismos de violência e exclusão da população pobre pela administração municipal, denunciando a escassez de políticas protetivas para grupos vulneráveis. A pesquisadora também participou do VI Seminário Marias, na mesma ocasião, onde discutiu as violências interseccionais vivenciadas por mulheres pobres no Brasil.



O grupo Direito à Cidade, em parceria com pesquisadores da UNIVAP, apresentou análise sobre os desafios na coleta de documentos de processos participativos em planos diretores municipais. A pesquisa, conduzida por Paládia Romeiro da Silva, Vitória Teloli, Maria Yumi Inaba e Regina Laisner, revelou barreiras significativas no acesso a registros oficiais de participação popular em municípios de pequeno e médio porte, comprometendo a avaliação da efetividade democrática desses processos.



As apresentações demonstram o compromisso do NEPPs com pesquisas empíricas rigorosas que conectam direito e políticas públicas, contribuindo para debates fundamentais sobre justiça social, participação democrática e garantia de direitos no contexto brasileiro.

Setembro: NEPPs lidera discussões no ENEPCP

O mês de setembro foi marcado pelo VI Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas (ENEPCP), um dos mais importantes eventos da área no país, contou com a participação proeminente das professoras Regina Laisner (UNESP) e Camila De Mario (UCM/Iuperj). Ambas são co-coordenadoras do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPPs) e tiveram atuação de destaque, reforçando a importância de uma abordagem crítica e interdisciplinar nos debates.



A avaliação de políticas públicas, tema central para a governança democrática, foi o foco principal da colaboração das pesquisadoras. Juntas, elas integraram a Mesa-Redonda 19, intitulada “Avaliação de Políticas Públicas: uma abordagem interdisciplinar com o enfoque das Ciências Sociais”. A proposta buscou aprofundar o diálogo entre Ciência Política, Sociologia e Antropologia para refinar a prática avaliativa, tornando-a mais ampla e democrática.



A expertise das professoras no tema ficou evidenciada por suas múltiplas contribuições. Além da mesa-redonda, Camila De Mario assumiu a coordenação da Sessão Temática 20, dedicada exclusivamente à “Avaliação de Políticas Públicas”, um espaço que permitiu o aprofundamento de metodologias e estudos de caso.

Paralelamente, Regina Laisner ampliou o escopo da discussão ao coordenar a Sessão Temática 11, sobre “Participação Social e Ação Pública”. Essa frente de debate mostrou-se crucial, pois conectou a análise técnica das políticas com o fortalecimento da democracia e o engajamento da sociedade civil, um dos pilares defendidos pelo Campo de Públicas.



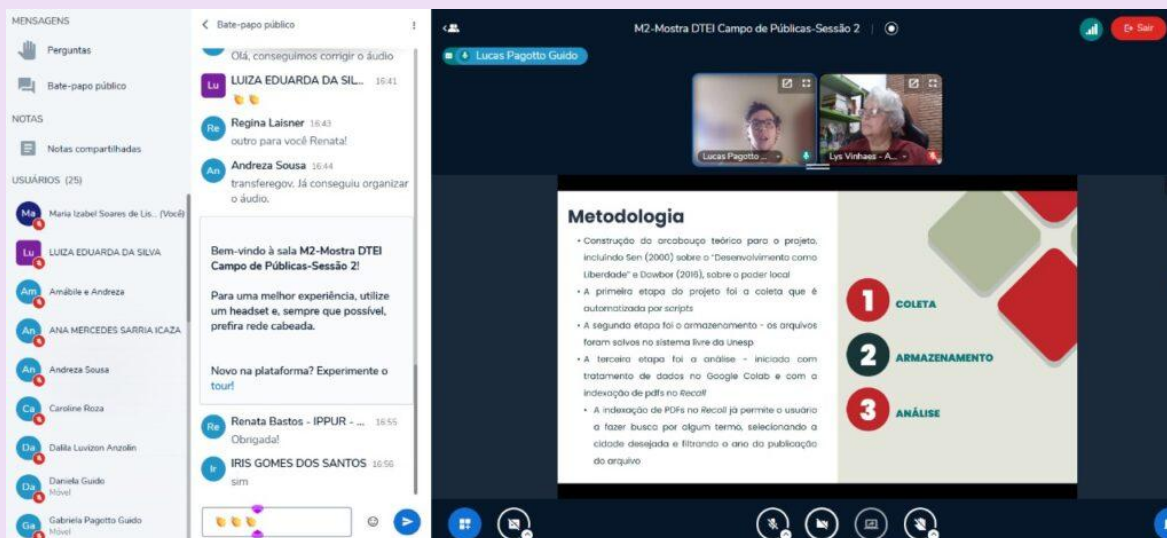
A presença articulada das professoras Regina Laisner e Camila De Mario, tanto na coordenação de sessões temáticas quanto na participação em mesas de debate, as posicionou como vozes centrais no VI ENEPCP. Elas trouxeram para o centro da agenda a necessidade de pensar a avaliação de políticas públicas não como um fim em si mesma, mas como uma ferramenta indissociável da participação social e da justiça democrática.

Seção II: Observatório de Políticas Públicas em Destaque

O Observatório de Políticas Públicas (OPPs) é um projeto universitária vinculado ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas "Elza de Andrade Oliveira" (NEPPs) da UNESP Franca em parceria com o Laboratório de Relações Internacionais (LABRI), cujo propósito central é utilizar ferramentas tecnológicas para coletar, analisar e disponibilizar dados de Diários Oficiais da União, do Estado de São Paulo e dos municípios da Região Administrativa de Franca. O projeto iniciado em 2019 visa construir uma base de dados robusta para subsidiar a análise e proposição de políticas públicas na região, focando inicialmente nos eixos que compõem a Seguridade Social (Assistência Social, Saúde e Previdência Social) e Educação, a partir da perspectiva de desenvolvimento como melhoria da qualidade de vida da população.

O trabalho do OPPs estrutura-se em duas frentes complementares: a primeira organiza os métodos e eixos de coleta dos dados a partir dos componentes da Seguridade Social e Educação; a segunda desenvolve e aplica técnicas tecnológicas como web scraping para viabilizar a coleta e tratamento dos dados, promovendo simultaneamente a capacitação da equipe em programação, softwares livres e análise de dados. Esta proposta inovadora busca fortalecer o Campo de Públicas, democratizar o acesso à informação e ampliar a transparência e governança em municípios distantes dos grandes centros de pesquisa, permitindo que políticas públicas sejam construídas de forma mais adequada às realidades locais e contribuindo para a intervenção e transformação social nos territórios da região.

Na Mostra de Desenvolvimento Tecnológico, desenvolvida no âmbito do VI ENEPCP e apresentada em 30 de setembro, o Observatório marcou presença com a apresentação do trabalho "O uso de tecnologias para o auxílio da garantia de direitos das cidades médias e pequenas", apresentado por Lucas Pagotto Guido. A pesquisa, que conta também com Rafael Almeida, Pedro Sola, Maria Izabel Lisboa e Julia Fernanda Parreira, investiga como ferramentas digitais podem fortalecer o acesso à informação em municípios de porte médio e pequeno e é liderada pela professora Regina Claudia Laisner, co-coordenadora do NEPPs. O trabalho desloca o foco da eficiência para a cidadania, questionando não apenas como digitalizar essas informações, mas como fazê-lo garantindo direitos, especialmente em cidades com capacidades administrativas limitadas.



Além disso, o Observatório pode expandir a sua atuação a partir de sua curricularização, quando se tornou oficialmente um projeto vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Unesp/Franca, com o apoio da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura (Proec) e da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS).

Desse modo, realizamos encontros com as secretarias de assistência social de cidades da Região Administrativa de Franca, apresentando o acervo de diários oficiais e as ferramentas de Inteligência Artificial desenvolvidas pelo OPPs. As visitas revelaram desafios estruturais comuns aos municípios da região. Em Franca, as assistentes sociais destacaram a dificuldade em manter uma base de dados local confiável e atualizada sobre os atendimentos realizados, além do problema de diagnósticos relevantes sobre violência contra mulheres, idosos e crianças ficarem "perdidos" em editais, dificultando o acesso da população e até mesmo consultas internas. Em Batatais, a secretária Aline Cristina Duarte revelou que o município havia tentado implementar um observatório municipal anteriormente, mas o projeto foi descontinuado por insuficiência de dados. A cidade enfrenta problemas graves na coleta e qualidade das informações: dados sobre raça e povos originários são invisibilizados, o preenchimento incorreto de cadastros fragmenta os atendimentos, e sistemas como o Prontuário Eletrônico SUAS (PTSUAS) e o Cadastro Único apresentam divergências que deveriam ser convergentes.

O diálogo revelou forte convergência entre as necessidades das secretarias e os objetivos do OPPs. As profissionais manifestaram grande interesse na plataforma para acompanhar normativas municipais e conhecer políticas de cidades vizinhas, especialmente considerando que apenas quatro municípios da região (Franca, Patrocínio, Batatais e Igarapava) contam com setores de vigilância social estruturada no estado de São Paulo. As reuniões também evidenciaram a necessidade de maior integração com a UNESP, com sugestões para que pesquisadores compartilhem seus

resultados com os locais onde realizaram estudos e que seja criado um repositório centralizado de dados. Questões estruturais mais amplas foram apontadas, como a dificuldade de diálogo intersetorial entre secretarias em Franca e, em Batatais, problemas orçamentários relacionados à ausência de coeficiente mínimo obrigatório de investimento em assistência social e à irresponsabilidade da União e do Estado no financiamento municipal.

O projeto continua até o final de dezembro, quando serão visitadas outras cidades de modo a ampliar os dados contidos na plataforma, que será disponibilizada ao público assim que finalizada. A iniciativa representa um avanço significativo na democratização do acesso à informação pública e no fortalecimento da gestão municipal em regiões frequentemente negligenciadas pela transformação digital.

Seção III: Artigos em Destaque

Nesta seção, apresentamos resumos de pesquisas em andamento e artigos recentes produzidos pela equipe do NEPPs, que aprofundam temas abordados neste boletim. Os textos completos estarão disponíveis em nosso site.

- **Título do Artigo 1:** Intersetorialidade como desenvolvimento
 - *Por: Julia Aguiar Misailidis, Graduada em Relações Internacionais, Membro do Observatório de Políticas Públicas (OPPs), Pesquisadora NEPPs*
- **Título do Artigo 2:** Ensinar a pescar ou redistribuir os peixes? Uma crítica à retórica meritocrática nas políticas sociais
 - *Por: Larissa Moraes Cardoso dos Santos, Graduada em Relações Internacionais, Membro do Observatório de Políticas Públicas (OPPs), Pesquisadora NEPPs*

Intersetorialidade como desenvolvimento

Julia Aguiar Misailidis

É amplamente aceito que as políticas públicas são aspectos fundamentais da sociedade contemporânea. Ainda assim, as ações do Estado estão sujeitas a diversas críticas. Qualquer tentativa do governo de oferecer assistência a populações em situação de vulnerabilidade tende a gerar polêmica, sobretudo entre grupos alinhados à direita do espectro político.

Também é possível, no entanto, questionar a eficácia das políticas públicas em atingir seus objetivos, sem necessariamente entrar em um debate ontológico sobre sua legitimidade, e é justamente esse o enfoque do presente artigo.

Para Amartya Sen (2010, p. 32), políticas públicas devem servir ao propósito de ampliar as capacidades das pessoas de viverem a vida que desejam. E não só isso: quanto mais os indivíduos participam politicamente, mais impacto têm na formulação dessas mesmas políticas. Trata-se de uma concepção de desenvolvimento centrada na liberdade, não como um conceito abstrato, mas como oportunidade concreta, moldada pelas condições pessoais e sociais de cada indivíduo (Sen, 2010, p. 31).

Liberdade, nesse caso, é ao mesmo tempo o objetivo e o caminho para o desenvolvimento. Quando entendida como meio (liberdades instrumentais), sua realização contribui para a expansão de outras formas de liberdade, já que todas estão interligadas (Sen, 2010, p. 54). Liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora formam um sistema que se reforça mutuamente. Assim, ampliar essas liberdades significa ampliar a autonomia das pessoas e sua capacidade real de escolha.

No entanto, o modelo de Estado brasileiro vai na contramão dessa lógica. Com sua estrutura setorializada e fragmentada, a estrutura administrativa do país incumbe a criação de políticas públicas de forma isolada, sem diálogo entre as áreas (Wanderley; Martinelli; Paz, 2020). O resultado é previsível: ações sobrepostas, burocracia excessiva para quem mais precisa e desperdício de recursos que poderiam ser usados com mais inteligência e impacto. Tudo isso limita, na prática, as liberdades que Sen considera essenciais ao desenvolvimento.

É justamente por isso que a intersectorialidade não pode mais ser tratada como um “plus” na gestão pública e sim uma necessidade. Envolve articular setores diferentes, fazer com que ações se complementem, evitando a repetição de esforços ou decisões contraditórias entre si, que desfaçam o esforço uma da outra. Também é necessário uma visão de política pública que reconheça a complexidade dos problemas sociais e responda a ela com a mesma complexidade (Junqueira, 2005, p. 4).

Sem intersectorialidade, não há liberdade instrumental possível. E, sem essas liberdades, não há como alcançar o desenvolvimento proposto por Sen. Políticas isoladas falham porque ignoram a realidade interconectada das necessidades humanas. Por isso, defender a intersectorialidade é, no fundo, defender um Estado mais inteligente, conectado e verdadeiramente comprometido com a construção de uma sociedade em que as pessoas possam, de fato, escolher como viver.

Referências Bibliográficas

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Articulações entre o serviço público e o cidadão. In: X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Santiago, Chile, 2005.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; PAZ, Rosangela Dias O. da. Intersectorialidade nas políticas públicas. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 137, p. 7-13, jan./abr. 2020.

Ensinar a pescar ou redistribuir os peixes? Uma crítica à retórica meritocrática nas políticas sociais

Larissa Moraes Cardoso dos Santos

Você provavelmente já ouviu a expressão: “é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe”, especialmente no contexto das políticas sociais de distribuição de renda ou de auxílios destinados à sobrevivência das pessoas pobres. É necessário, no entanto, analisar essa retórica com maior cuidado. Quando examinada em profundidade, percebe-se que ela possui pouca aplicabilidade diante da complexidade do fenômeno da pobreza.

Sem dúvida, políticas sociais que não priorizam a emancipação ou a redistribuição de recursos capazes de mitigar desigualdades estruturais podem ser interpretadas, por alguns especialistas, como verdadeiras “armadilhas da pobreza”. Nessas situações, o indivíduo pobre permanece sem meios adequados para superar sua condição, permanecendo estagnado na linha da mera sobrevivência. Mas é essencial questionar: há, de fato, peixes disponíveis para todos pescarem?

Ao endossar essa retórica, assume-se que a pobreza decorre única e exclusivamente da disponibilidade e do esforço individual. Como se a oferta de cursos profissionalizantes fosse suficiente para resolver um dilema histórico, profundamente enraizado e agravado ao longo dos séculos. Parece-me, aqui, que o objetivo é a isenção: isenta-se da pobreza e de suas consequências, como se o problema estivesse no mérito individual. “Eles não se esforçaram o suficiente.” E, a partir dessa conclusão, resta pouco a ser feito. Isenta-se da culpa, da responsabilidade e da urgência de transformação estrutural.

Contudo, é possível perceber que, em muitos contextos, ensinar a pescar pode não surtir efeito algum. Ao refletirmos sobre a realidade dos pobres em áreas rurais, onde essa patologia social tende a se agravar, dada a inserção em regiões economicamente deprimidas (Pinzani, 2017, p. 369), torna-se quase impensável que encontrem trabalhos dignos, estáveis e com remuneração adequada. Já em contextos urbanos, deparamo-nos com a lógica da “massa marginal” (Pinzani, 2017, p. 369): trabalhadores que não têm empregos fixos e formam uma reserva disposta a aceitar qualquer ocupação para garantir a subsistência.

Por isso, a reflexão necessária não deve se restringir à ideia de “ensinar a pescar”, mas, sim, abranger uma crítica ao próprio modo de produção que distribui os peixes de forma profundamente desigual. Enquanto essa transformação estrutural parecer

distante, torna-se imprescindível apostar em políticas públicas e sociais que ultrapassem a lógica da mera sobrevivência e apostem na emancipação, na redução das desigualdades e na redistribuição efetiva de oportunidades e recursos.

Ser contrário a esse tipo de política revela não apenas resistência à justiça social, mas também uma postura de desprezo em relação à classe pobre, que é constantemente associada, de forma injusta, à preguiça, à falta de esforço e à dependência estatal. Tais visões refletem preconceitos arraigados no imaginário popular e são desprovidas de fundamento.

Antes de responsabilizar o indivíduo pobre por sua condição, é preciso considerar seu contexto histórico, seus marcadores sociais de raça e gênero, as estruturas do modo de produção capitalista e o interesse sistêmico na existência de uma população disposta a aceitar qualquer condição de trabalho. É fundamental reconhecer a ausência de empregos dignos e estáveis como um problema estrutural. Como afirmam Banerjee e Duflo (2011, p. IX), os pobres “têm que ser economistas sofisticados apenas para sobreviver”. Eles não são carentes de intelecto, muito pelo contrário, são indivíduos que sustentam uma família inteira com apenas 800 reais por mês. Poucos conseguiriam fazê-lo.

Portanto, da próxima vez que alguém se propuser a “ensinar a pescar”, que antes se certifique de que há peixes saudáveis e suficientes para todos.

Referências Bibliográficas

BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Esther. Poor economics. A radical rethinking of the way to fight global poverty. New York: Public Affrais, 2011.

CHANG, Ha-Joon. 23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo. São Paulo: Cultrix, 2013.

PINZANI, Alessandro. “Vai trabalhar, vagabundo”: retórica antipobre e aspectos normativos de uma teoria da pobreza. In: SILVA, Helio Alexandre da (org.). Sob os olhos da crítica: reflexões sobre democracia, capitalismo e movimentos sociais. Macapá: UNIFAP, 2017. p. 348 – 388.